



Documentos da Abin não chegam ao presidente Lula

A Operação Satiagraha, da Polícia Federal, seguida pela revelação da revista *Veja* de que agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) estariam envolvidos com grampos ilegais no Supremo Tribunal Federal, acabou mostrando e intensificando uma disputa de poder entre instituições com competências distintas, mas subordinadas ao governo. Reportagem publicada neste domingo (21/9) pelo jornal *Estado de S. Paulo* sustenta que depoimentos no Congresso revelaram invasões de competências, ineficiência, falta de comando, suspeitas de práticas de espionagens ilegais e trocas de acusações abertas entre representantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Abin, da PF e do Ministério da Defesa.

O texto, dos jornalistas **Felipe Recondo** e **Marcelo de Moraes**, traz ainda a reclamação de servidores da Abin de que muitos dos documentos produzidos pelo órgão sequer chegam ao conhecimento do presidente Lula e de seus auxiliares. A insatisfação não é só na Abin. Um grupo de policiais federais também não está satisfeito desde que Paulo Lacerda foi substituído pelo atual diretor Luiz Fernando Corrêa. A reportagem afirma que Lacerda foi comandar a Abin, mas sua influência na PF não diminuiu. Agentes do órgão de inteligência participaram da Operação Satiagraha, que prendeu o banqueiro Daniel Dantas, o investidor Naji Nahas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, já soltos por ordem do Supremo.

Um assessor do presidente Lula resumiu ao jornal o debate travado hoje no Planalto. “À falta de uma política de inteligência, todos os governos, sem exceção, adotaram a ‘política do fusível’. Todos tentaram escolher diretores que funcionassem como fusíveis que isolariam os problemas. Quando o problema estoura, troca-se o fusível, mas o problema é a falta de sistema elétrico, falta a política pública do setor”, afirmou.

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), afirmou que o governo Lula “aumentou o potencial problemático da área ao escolher homens de investigação para um serviço de informação especial e inteligência, que não resistem à tentação de arrastar a Abin para o jeito policial de ser”.

Jungmann se refere aos casos do delegado Mauro Marcelo, da Polícia Civil de São Paulo, que caiu em julho de 2005, e de Paulo Lacerda, delegado de longa carreira na PF afastado da direção-geral duas semanas atrás. Na Abin, é grande a insatisfação com o trabalho do ministro-chefe do GSI, general Jorge Armando Félix. Os agentes da Abin acham que Félix não tem competência para coordenar as ações de inteligência. O general não quis responder aos comentários sobre sua administração.

A participação da Abin na Operação Satiagraha mostrou que o modo como cooperação se deu foi fora do comum. Lacerda cedeu 56 agentes. Mais atípico foi o fato de o diretor-geral da PF declarar que não tinha nenhum conhecimento dessa participação. “Não houve nenhuma comunicação nas instâncias superiores da polícia deste procedimento”, afirmou em depoimento à Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Lacerda afirmou os agentes tinham permissão para participar da ação da PF e “lamentou” que o colega não soubesse do caso.



Espaço para espiões

Com a confusão nas instituições, o Brasil se torna mais vulnerável à espionagem econômica e industrial por parte de agentes internacionais. Informes da Abin já registram a presença no país de pelo menos uma dezena de espiões profissionais estrangeiros interessados em informações estratégicas na área de combustíveis alternativos, exploração de petróleo no pré-sal e avanços na área nuclear, entre outros pontos.

Segundo o *Estadão*, agentes da Abin têm monitorado a atividade de garimpagem de informações estratégicas, mas admitem que podem existir outros espiões não descobertos atuando no país. Os agentes se dizem preocupados com o roubo de segredos tecnológicos brasileiros e até mesmo a ocorrência de sabotagens. A preocupação seria o motivo para que uma corrente dentro da Abin defenda a aprovação de que o órgão possa fazer escutas telefônicas. Pela lei, a Abin não pode interceptar conversas nem mesmo com autorização judicial.

Date Created

21/09/2008